



Medievalis

v. 8, n. 2 (2019)

| 1

Do declínio à ruptura: uma história da crise medieval ao movimento protestante

Erisberto Cesário Fontes Filho¹

Resumo: O presente artigo tem por objetivo descrever a crise que vigorou no final da Idade Média e que preparou, assim, o caminho para o alvorecer do período moderno, tendo o protestantismo como principal representante. Trata-se do Outono ou Declínio medieval, em que houve diversos acontecimentos determinantes para esse processo (chamamos de razões ou raízes culturais, religiosas, sociopolíticas e teológicas) e que fizeram com que gradativamente fosse perdida a unidade de fé católica que unia a sociedade em um corpo sólido, apesar de composto por diferentes membros com funções e fins também diferentes. Assim, o espírito vigente nessa época moldou este novo ambiente social, com um diverso modo de enxergar o mundo e de lidar com ele, ou seja, com uma nova cosmovisão (Weltanschauung, em alemão), e foi isso o que, com o passar do tempo, abriu as portas para que o movimento protestante pudesse se espalhar e romper de uma vez a dita unidade de fé.

Palavras-chave: Idade Média; protestantismo; Ruptura; Weltanschauung

Abstract: The present article aims to describe the crisis that prevailed at the end of the Middle Ages and which thus prepared the way for the dawn of the modern period, with Protestantism as its main representative. It is the Medieval Autumn or Decline, in which there were several events determining this process (we call cultural, religious, sociopolitical and theological reasons or roots) and that caused the gradual loss of the unity of the Catholic faith that united society in a solid body, although composed of different members with different functions and purposes also different. Thus, the spirit in force at that time shaped this new social environment, with a different way of seeing the world and dealing with it, that is, with a new worldview (Weltanschauung, in German), and this is what, as time passed, opened the doors so that the Protestant movement could spread and break totally with the so-called unity of faith.

Keywords: Middle Ages; Protestantism; Break; Weltanschauung

¹ Graduando em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<http://lattes.cnpq.br/9869726696600024>

<http://orcid.org/0000-0001-8662-8357>

E-mail: ef-2011@live.com





A Igreja Católica e a unidade medieval

No século XIII, tido por alguns historiadores como o século de ouro da Igreja, apesar disso, começa introduzir-se na sociedade europeia uma mudança de mentalidade. No grande concerto das nações católicas da Europa, onde a fé influenciava todos os setores da sociedade, começam a manifestar-se ideias ou tendências que visaram a romper essa harmonia. Como se verá adiante, o período do final da Idade Média e o início da Moderna pode ser resumido na passagem de uma visão de mundo onde Deus estava no centro para uma em que o homem passa a ocupar este lugar, isto é, ao fim e ao cabo, surge uma nova *cosmovisão*², oposta à cristã, predominante no medieval. Houve, para isso, princípios de uma ruptura do sistema religioso unido em torno à fé católica – que não foi abrupta, mas progressiva –, até que a mal chamada Reforma quebrou de vez essa unidade, nos albos da modernidade, não sem enormes consequências para os séculos posteriores.

A Idade Média, como na maior parte das vezes é analisada, foi um longo período de mil anos, desde a Queda do Império Romano ocidental até meados do século XV. Alguns autores, como o padre jesuíta Bernardino Llorca, enxergam o fim dessa era no início do século XIV, precisamente no ano de 1303. Ele atribui a isso um acontecimento de suma importância: a pretensão de Felipe o Belo de elevar o poder temporal acima do espiritual da Igreja, governada à época pelo Papa Bonifácio VIII. Esta é uma interpretação que tem seu fundamento, já que esta tentativa, que será muito frequente em todas as épocas posteriores, em muitas nações, será uma das características do mundo moderno.

De qualquer forma, é impossível que se diga que um período tão longo como o medieval foi homogêneo. No entanto, como nenhum o foi ou o será, o observador atento poderá captar características gerais de qualquer momento histórico que seja bem analisado, e diferente não é com o período em questão. De acordo com o SÁENZ³ (2020a, p. 52):

A sociedade medieval [...] constituiu um vitorioso esforço por integrar todos os grupos da sociedade na unidade de uma só fé. [...] Desde o sacramento do matrimônio até a consagração do Imperador, a vida social estava preenchida pelo espírito religioso.

² Ver SÁENZ, *A cristandade e sua cosmovisão*, cap. 6 (“A pós-cristandade”).

³ Alfredo Sáenz (1932 -), 88 anos, é um jesuíta argentino. *Doctor honoris causa* pela Universidad Católica de La Plata e pela Universidad Autónoma de Guadalajara, escreveu a série “La nave y las tempestades”, sobre a história da Igreja Católica em suas tempestades, obra composta por 12 volumes e que foi recentemente publicada em língua portuguesa pela Editora CDB sob o nome de “História da Santa Igreja; a Barca e as tempestades”.





Para o autor, a centralidade da fé foi uma das marcas dessa época⁴. Ela foi o motor que moveu a Igreja a aperfeiçoar a própria civilização e a elevá-la a níveis culturais e espirituais nunca antes vistos. Houve a renascença carolíngia, de grandes contribuições ao desenvolvimento dos estudos; construíram-se as grandes catedrais e as *diversas Sumas*, houve a criação das universidades e intensos debates filosóficos e teológicos – era a *disputatio* medieval; o cultivo e estímulo do saber racional; a criação dos hospitais e de sistemas de beneficência etc. Segundo WOODS (2008, pp. 8-9),

| 3

Praticamente não há ao longo da Idade Média nenhum empreendimento significativo para o progresso da civilização em que a intervenção dos monges não fosse decisiva. Os monges proporcionaram “a toda a Europa (...) uma rede de indústrias-modelo, centros de criação de gado, centros de pesquisa, fervor espiritual, a arte de viver (...), a predisposição para a ação social, ou seja, uma civilização avançada, que emergiu das vagas caóticas da barbárie circundante [...]”

E acrescentamos: o desenvolvimento da civilização só foi possível por causa da *unidade de fé*. Esta abarcava todos os setores da vida, e não se pensava em separar dela qualquer um de seus aspectos. Confirma-nos isso DAWSON (2012, pp. 203-204):

a nova civilização que vagarosa e dolorosamente começou a emergir no início da Idade Média foi, em um sentido muito especial, uma criação religiosa, pois baseava-se em uma unidade eclesial e não política. [...] A única cidadania verdadeira que restou ao homem comum era sua associação com a Igreja, e ela envolvia uma lealdade muito mais profunda e muito mais ampla que sua aliança com o Estado secular. [...] Em todos os lugares, os homens tornam-se cômicos de sua cidadania comum na grande comunidade religiosa do cristianismo.

Porém, vê-se fendas surgirem nessa homogeneidade, que, com o tempo, darão amplo espaço para a grande ruptura do sistema religioso que vigorou no medievo. Como diz BOUCHET⁵ (1980, p. 23):

⁴ O sacerdote ainda diz que houve outras marcas ou características principais da Cristandade medieval: houve predomínio do símbolo, a sociedade foi arquetônica, e a época, juvenil.

⁵ Bouchet (1918-2012) graduou-se na Universidade Nacional de Cuyo, em 1949. Sua vida intelectual foi dedicada ao estudo das ciências políticas e ao ensino universitário. É um dos estudiosos argentinos de maior erudição em todos os temas referentes à evolução do pensamento político ocidental, e especializou-se na influência do fator religioso no surgimento e desenvolvimento da sociedade europeia.





O processo tem dois momentos: um espontâneo e quase inconsciente, quando as diversas forças espirituais se separam do princípio religioso que lhes dá unidade e harmonia e conhecem um crescimento sem limites e como que embriagado de sua força criadora; outro decididamente menos espontâneo, que tende a recompor a unidade perdida e anima com sua religiosidade secularizada aqueles valores espirituais que por suas características se encontram no fundamento de todas as atividades sociais: os valores econômicos.

A fé católica era o que principalmente unia, de modo geral, sob muitos aspectos – político, artístico, social, científico –, a sociedade medieval. Quando aquela passou a não ser, para alguns, o principal elemento numa ordem de valores prioritários, diversas outras coisas passam a acontecer, também nas áreas citadas. Assim explica-se o que foi dito: surge, pois, uma nova cosmovisão, onde a Religião que Cristo fundou ao dizer: “Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja” (Mt 16, 18), nem sempre ocupará o primeiro lugar na vida do homem.

A quebra da unidade de fé no medievo

Bouchet, em sua obra *La ruptura del sistema religioso en el siglo XVI*, descreve como a ruptura do princípio religioso proporcionou a criação dessa nova cosmovisão, ou seja, um novo modo de enxergar o mundo e relacionar-se com ele, e agora em contraposição com a dita “obscura época precedente”, a Idade Média. Ocorreu como que uma fissura nessa sociedade, que deixará às claras a grande diferença entre os períodos medieval e moderno. O primeiro busca a unidade, ou seja, a união de todos os princípios da vida e de todos os indivíduos sob a Fé; destaca-se aqui a coletividade em vistas de um fim único. O segundo sustenta a crescente individualização do homem frente ao coletivo, a dispersão e diminuição da vivência da Fé, a separação desta da razão (fideísmo), a quebra de autoridade religiosa e a elevação da autoridade política, até culminar posteriormente no absolutismo monárquico, e também o naturalismo e a paganização da cultura e a adoração do *eu*. Trata-se da tentativa de realização da Cidade dos homens, como tão bem idealizou Santo Agostinho⁶, e todos esses problemas, como descreve Bouchet, são manifestações da progressiva quebra do princípio religioso que vigorava no

⁶ Ver HIPONA, Agostinho de. *A Cidade de Deus*.





medieval. De acordo com o historiador citado (1980, p. 23), “bastou o enfraquecimento do princípio religioso que dava unidade e equilíbrio, para que cada uma das atividades do espírito tendesse a um crescimento sem freio que comprometeu a harmonia do sistema”.

E com a concretização da ruptura da dita unidade, diz (1980, p. 24) ainda que:

| 5

A religião deixa de ordenar as atividades mundanas e, isolando-se na solidão da inspiração particular, deixa César ordenar a cidade como quiser e os homens de negócios livres para aumentar suas fortunas da melhor maneira possível. A arte se separa dos cânones impostos pela moral e busca sua própria fisionomia, em uma indagação que auspicia encontros iluminadores com experiências insólitas. Redescobre-se o paganismo, a cabala e as antigas gnoses herméticas. A arte deixa de ser popular, como o foi a cristã, e se converte em esteticismo de entendidos, reclusa em capelas dos geniais criadores. A ciência ignora o limite negativo da teologia e penetra na realidade mundana com o decidido propósito de dominá-la, enquanto provoca, em sucessivas sondagens, sua completa dessacralização. A conduta do homem abandona pouco a pouco os seguros caminhos traçados pela fé tradicional e se aventura no exercício de atividades sem freio. No âmbito político, como no econômico, tratará de destruir as travas impostas pela Igreja e em uma e outra tarefa será poderosamente ajudado pelos pressupostos espirituais da fé reformada, cujo sobrenaturalismo deixa livre ao foro pessoal o desenvolvimento das potências seculares.

De acordo com Dawson, a religião foi o principal elemento de civilização e de construção da Europa. Após as ruínas do Império Romano, ficou a cargo da Igreja Católica a reconstrução da sociedade, o que de fato fez, mas, no *Outono da Idade Média*⁷, as transformações que aconteciam mudavam o curso dessa história, e começava uma crescente separação entre a religião e os outros setores da vida humana. Como diz o historiador inglês (2012, p. 213):

A civilização do cristianismo medieval era essencialmente dependente da organização eclesial da Europa como unidade internacional, ou melhor, supranacional. Ela era irreconciliável com a concepção de um

⁷ Título de uma obra do historiador holandês Johan Huizinga, que se tornou referência para os estudos do final da Idade Média.





número de sociedades soberanas completamente independentes, como os Estados nacionais da Europa moderna. [...] A unidade medieval desfez-se em pedaços por um movimento centrífugo que se fez sentir na cultura, na religião e na organização política e eclesiástica.

Em seu livro *Progresso e Religião*, defende que só há progresso social quando se está unido a um princípio religioso, e descreve ainda como a fé católica foi a que mais e melhor influenciou a sociedade. Segundo ele (2012, p. 206):

essa unidade não estava confinada a temas puramente religiosos, mas abraçava toda a vida social. Toda educação e toda cultura literária, toda arte e todos os temas do bem-estar social, como ajuda aos pobres e cuidado com os doentes, foram incluídos na esfera de influência da Igreja. Ela exercia influência direta até na guerra e na política, uma vez que o papado era o árbitro supremo de quaisquer questões em que os interesses da religião ou da justiça estivessem em disputa e também porque podia lançar os exércitos do cristianismo em uma cruzada contra os inimigos da fé ou contra aqueles que desconsideravam os direitos da Igreja.

A partir do momento que essa unidade começa a ser quebrada, cisões em outros aspectos da vida social não puderam deixar de acontecer, pelo que foram abertas as portas para a Revolução religiosa do século XVI, com Lutero e seus seguidores: podemos dizer que há raízes teológicas, culturais, sociopolíticas e religiosas deste movimento. Ela pode ser considerada o cume de todo um longo processo de quebra da unidade da Cristandade medieval, não apenas de doutrina, mas também de autoridade, pois, como se diz, Lutero era filho de seu tempo. Segundo DENIFLE⁸, em sua obra *Lutero e Luteranismo*, “a Reforma foi a *Cloaca* máxima, o grande canal de deságue por onde desembocaram as fezes do tempo acumuladas, que, se tivessem permanecido na Igreja, teriam infestado e envenenado tudo”.

Jaime Balmes procura mostrar, em sua obra *O protestantismo comparado com o catolicismo em suas relações com a civilização europeia*, como a doutrina dissolvente do protestantismo do século XVI foi fator determinante a essa ruptura. Segundo o autor (2020, pp. 476 e 485),

⁸ Henri Denifle (1844-1905), dominicano e historiador, foi um dos maiores estudiosos do luteranismo. Sua obra *Lutero e Luteranismo* é um dos mais importantes manuais sobre o assunto.





Na interminável série de guerras e calamidades que afligiram a Europa durante a flutuação dos povos bárbaros, existia essa unidade de pensamento [na Fé], e graças a ela a ordem brotou da confusão, a luz surgiu das trevas. Na prolongada luta do cristianismo com o islamismo, ora na Europa, ora na África, ora na Ásia, essa mesma unidade de pensamento tornou triunfante a civilização cristã, apesar das rivalidades dos príncipes e das desordens dos povos. Enquanto existiu essa unidade, a Europa conservava uma força transformadora [...] É possível que eu alimente alguma ilusão neste particular, mas eu perguntarei ao simples bom senso se não é verdade que a unidade de ação, a unidade de princípios, a unidade de intenções, a reunião dos recursos e a associação dos atores são, em todos os empreendimentos, o segredo da força e mais segura garantia de um resultado feliz. Perguntarei se não foi o Protestantismo quem tornou impossível essa reunião, que tornou impraticável essa associação.

A fé era o laço de união da sociedade medieval, em outras palavras, tornava-a como que homogênea, apesar das particularidades próprias de cada região. O protestantismo, no entanto, rompe essa união. Como diz BALMES (2020, pp. 693-694),

o Protestantismo impediu que a civilização moderna fosse homogênea, contrariando uma tendência muito forte que conduz todas as nações da Europa a essa homogeneidade. Não há dúvida de que a civilização dos povos recebe sua natureza e seus caracteres dos princípios que lhe comunicaram o movimento e a vida; e sendo esses princípios os mesmos, com pouca diferença, para todas as nações da Europa, estas deviam parecer muito entre si. Neste ponto, a história se acha de acordo com a filosofia; e assim, enquanto as nações europeias não foram inoculadas por nenhum germe de divisão, eram vistas a desenvolver suas instituições civis e políticas com uma semelhança muito notável. É certo que se observavam entre elas aquelas diferenças que eram o resultado inevitável da diversidade de circunstâncias, mas sabe-se que caminhavam para assemelhar-se cada vez mais, tendendo a formar da Europa um todo, do qual nós, acostumados como estamos à divisão, nem podemos formar uma ideia completa. Essa





homogeneidade teria chegado a seu máximo por meio da rapidez da comunicação intelectual e material que se estabeleceu com o aumento e a prosperidade das artes, do comércio e, sobretudo, com a imprensa, pois o fluxo e refluxo das ideias teria aplainado rapidamente as desigualdades que separavam umas nações de outras.

Infelizmente, porém, nasceu o Protestantismo e separou os povos europeus em duas grandes famílias que, desde sua divisão, professaram um ódio mortal; ódio que produziu guerras encarniçadas em que torrentes de sangue foram derramadas. Ainda pior que estas catástrofes foi o germe do cisma civil, político e literário que brotou da falta de unidade religiosa. As instituições civis e políticas, e todos os ramos do conhecimento haviam nascido e prosperado na Europa sob o influxo da religião; o cisma foi religioso, afetou a própria raiz e, necessariamente, estendeu-se a todos os ramos. Esta foi a causa de se levantarem entre as nações os muros de bronze que as mantinham separadas, de que se espalhasse por toda parte o espírito de suspeita e desconfiança e de que tudo aquilo que antes se considerara como inocente e de pouco valor fosse depois reputado como altamente perigoso.

Analisar a todo esse processo é uma tarefa bastante complexa. A unidade de fé foi rompida por alguns acontecimentos que marcaram o *Declínio* medieval. Assim, esses eventos favoreceram o surgimento de uma nova sociedade e um novo *modus vivendi*, nos princípios do período moderno, que deixam as portas abertas para o nascimento e desenvolvimento do protestantismo.

Razões da perda da unidade

a) Razões culturais: o Renascimento e o humanismo paganizantes

Alfredo Sáenz, já citado, descreve o renascimento e o humanismo paganizantes dessa época em sua *História da Santa Igreja: a Barca e as tempestades (O renascimento e o perigo de mundanização da Igreja)*. De acordo com o autor, este é um momento de





transição, de mudança de cosmovisão, da cristã para a pagã, com um retorno à antiguidade clássica para além dos limites do estético, das formas. Houve uma mudança de paradigma em critérios axiológicos: se antes se buscava os valores da Cidade de Deus, estes mesmos valores passam a não ter o primeiro lugar na ordem de prioridades do homem do século XV; se antes Deus era o centro da sociedade, agora o homem ocupa este posto, e com grandes consequências para a história posterior. As mudanças foram tão gerais, que, de acordo com ele (2020b, p. 268):

tal ética [a da nova cosmovisão renascentista paganizante] exigia um esforço constante, uma moral individual e coletiva, um direito e uma economia, uma política, uma arte e uma literatura, tudo isso como fruto do esforço humano, sem recurso algum à ajuda da graça e baseada em um retorno à cultura antiga.

Tratava-se de um mundo em transformação. Todos os elementos da vida de muitos indivíduos destacam-se da tutela da Igreja, ou tendem a isso. Nesse sentido, o Renascimento muda o curso da história. É o que nos diz BERDIAEV (1979, p. 118):

a marcha posterior supôs uma separação e um afastamento desta cultura medieval, um caminho novo através do qual se realizou não o renascimento cristão⁹ [o da Idade Média], mas um renascimento anticristão, ao menos em muitos aspectos. [...] Toda a história moderna é, definitivamente, o desenvolvimento e a continuação deste Renascimento. Este período histórico se desenvolve sob o *leitmotiv* de pôr em liberdade as energias criadoras do homem, da descentralização espiritual, da separação do centro espiritual, da diferenciação de todos os setores da vida social e cultural, da autonomização de todos os setores da cultura humana. Tornam-se autônomos a arte, a ciência, a vida política, a vida econômica, toda a sociedade e toda a cultura. Esse processo de diferenciação e autonomização é o que se deu em chamar a secularização da cultura humana. Até a religião se seculariza.

A busca pelos clássicos greco-romanos atingiu níveis inéditos. O ideal estético encontrava-se no homem antigo, e os modernos não poderiam fazer outra coisa que imitá-

⁹ Como se vê, nem todo o renascimento foi pagão ou anticristão. Há exceções, como, por exemplo, a Espanha, que manteve intacto o depósito da Fé e teve grande influência, anos depois, no Concílio Tridentino.





los. No entanto, isso não ficou apenas nas formas artísticas, mas passou a ocorrer na vida dos próprios indivíduos. Era preciso emular os antigos, demolindo a cultura precedente, a medieval, pela antiga, como se a primeira tivesse relegado a segunda totalmente ao olvido, falácia que foi repetida e ainda é até hoje. É certo que a Idade Média não deixou de lado a cultura antiga. Entretanto, ela analisava tudo e retia o que era bom, segundo o dito do Apóstolo São Paulo, não utilizando aquilo que seria prejudicial à fé e à salvação das almas.

O que começou a se repetir, todavia, foi que o medievo teria lançado sombras à esplêndida cultura antiga, elevando aos olhos do homem nada mais que trevas e decadências. Seria necessário, pois, passar por cima desse período obscuro e buscar diretamente as luzes da antiguidade, e ainda enxergar o mundo de acordo com ela: isto não é nada menos que uma revolução cultural, no surgimento e desenvolvimento de uma nova cosmovisão. De acordo com nosso SÁENZ (2020b, p. 264 e 266),

[...] essa tendência esteve marcada não tanto por um renascer quanto por uma progressiva mudança, às vezes repentina, de ideais e sistemas bem muito aceitos, que foram abolidos e substituídos. Tratou-se de uma verdadeira revolução cultural, que eclodiu inclusive dentro de cada indivíduo. [...]

Agora [no renascimento pagão] a operação inversa é realizada, às vezes sem que os católicos notem. Os indivíduos se voltam aos antigos, mas assumem seus erros para opô-los à cultura católica, que é chamada de medieval e obscurantista.

Um entusiasmo tão desenfreado pelos antigos não pôde deixar de exercer uma influência perturbadora nas convicções e na vida dos cristãos.

Coloca-se aqui, aos olhos observadores, um humanismo não mais cristão, fruto da cultura medieval, mas um paganizante, com homens que buscavam para além dos limites a antiguidade clássica. Isso não é diferente daquilo que diz HERGENROTHER¹⁰ (1887, pp. 605-606):

muitos humanistas, principalmente os seculares, deram exagerada importância aos estudos clássicos, apartaram-se das severas leis da

¹⁰ Conhecido historiador alemão do século XIX, foi Cardeal e o primeiro prefeito para os Arquivos do Vaticano, sob o pontificado do Beato Pio IX. Sua obra *Historia de la Iglesia* serve de manual para muitos trabalhos históricos.





lógica e do método sistemático que tão grande força comunicaram à antiga Escolástica, fizeram desta o alvo de suas burlas, ridicularizando especialmente seus barbarismos, e, ao imitar com ridículo servilismo os antigos, se apropriaram cada vez mais do espírito pagão do que era formado seus escritos, na teoria e na vida prática.

Nesse sentido, o renascimento e o humanismo paganizantes, que outorgaram ao homem o próprio lugar de Deus, como se fosse o centro do mundo, foi um dos fatores de quebr de unidade de fé vigente no período medieval. Uma grande quantidade de indivíduos, senhores de sua própria vida, não demorariam em sustentar que também poderiam interpretar por si mesmos a sua fé e as Escrituras. Além disso, as zombarias dirigidas às autoridades religiosas, por conta dessa revolução na cultura, brevemente descrita, contribuiriam ao enfraquecimento da autoridade pontifícia, também elemento decisivo no assunto tratado.

b) Razões de matéria religiosa

Ricardo García Villoslada¹¹, considerando as causas da revolução religiosa do século XVI, que não são outra coisa que os diversos pontos de ruptura do sistema religioso até chegar em seu ponto de maior expressão, o protestantismo, põe como uma delas o enfraquecimento do poder pontifício – tenha-se em mente que qualquer revolução só é possível após a autoridade ter vindo abaixo. O autor diz que isso não foi o determinante para esse movimento revolucionário, mas teve grande influência no processo.

A debilidade do Soberano Pontífice teve seu grande marco já no início do século XIV e continuou, ora mais, ora menos, nos séculos seguintes. Além disso, a Igreja estava lesionada. O brilho do renascimento ofuscou os olhares de alguns prelados, que não atenderam como deveriam a necessária e reconhecida reforma eclesiástica. Esses teriam relegado a sua missão divina a um segundo plano, “interessados mais pelos assuntos políticos que pelo incremento da catolicidade” (SÁENZ, 2020b, p. 361). Para um exemplo concreto, citamos a seguinte passagem LLORCA (1942, pp. 482-483) sobre o pontificado do Papa Sixto IV (1471-1484):

O lado negro desse pontificado é formado pelo exagerado nepotismo do Papa e por sua escassa preocupação pela reforma eclesiástica. No

¹¹ Ricardo García Villoslada, antigo professor de história da Igreja na Universidade Gregoriana de Roma, é tido como uma referência intelectual nos estudos sobre a pessoa e o movimento de Lutero.





primeiro, foi vítima dos parentes, que, elevados por ele a altos postos, abusaram de sua inexperiência nos negócios e obtiveram imensas riquezas. [...]

No que se refere à situação eclesiástica, aparte do descontentamento produzido pelo favor dispensado a seus parentes, causou grande desgosto a acumulação de cargos na cúria, o aumento de impostos eclesiásticos e outros abusos parecidos. A desordem em Roma aumentava e, à morte do Papa, chegou em seu cume.

Além do mais, muitos jovens entravam no estado eclesiástico mesmo sem vocação, pelo que introduziam na Santa Igreja um espírito adverso ao seu, não tanto se interessando pela salvação e santificação dos povos. Resultado disso foi o distanciamento de muitos pastores com relação a seus fiéis, praga viva na Igreja que se procurou sanar no Concílio de Trento.

Ainda dois eventos em particular abalaram a imagem do Santo Padre: sua estada em Avinhão e o Grande Cisma do Ocidente.

(i) Os Papas em Avinhão. O Sumo Pontífice residiu, ao longo de quase 70 anos, não no Vaticano, seguindo a tradição da Igreja, mas em Avinhão, território francês. Duas situações contribuíram para isso: em primeiro lugar, as pretensões do rei francês sobre o Papado, pelo que, decidindo sujeitar o Papa, manteve-o em seu território, com o que podia melhor acozá-lo e pressioná-lo. Depois, os tumultos e desordens nos Estados pontifícios fizeram que com o Vigário de Cristo permanecesse na França e foram um pretexto a que os partidários do rei não lhe permitissem voltar à Cidade Eterna.

Esta diatribe, que se iniciara em 1305, viria a ser resolvida apenas em 1377, com o Papa Gregório XI. Antes dele, Urbano V, em 1367, já conseguira voltar a Roma, mas, pelos tumultos em seus territórios, optou por voltar à França. Como diz LLORCA (1942, p. 465),

não durou muito a satisfação deste retorno, tão ansiado por todos. Morto o cardeal Alborno, que com sua energia e habilidade soube pôr ordem nos Estados do Papa, os partidos voltaram a ressuscitar, e se iniciaram de novo as desordens e tumultos, as piratarias e os brigas de rua. Com isso, os partidários de Avinhão já não encontraram descanso até que arrancaram de Urbano V a decisão de voltar à França.





Seu sucessor, porém, consegue importante e necessário retorno. Ainda pensou em voltar a Avinhão, por receio dos tumultos ainda existentes em seus estados, mas sua morte interrompeu os seus planos. A respeito desse regresso, Santa Catarina de Sena, mística e doutora da Igreja, teve especial influência. Em uma de suas cartas, disse a esse Pontífice o seguinte (2016, carta 196):

Voltai, voltai (a Roma)! Não resistais à vontade divina, que vos chama. Ovelhas esfaimadas esperam vosso retorno, para ocupardes e tomardes posse da sede do vosso antecessor, São Pedro. Como representante de Cristo, deveis estar no lugar que vos pertence. Vinde, pois, vinde sem demora! Criai coragem, sem medo de que algo vos aconteça, pois Deus estará convosco. Humildemente peço a vossa bênção. [...]

E em outra (2016, carta 231):

Em nome de Cristo crucificado eu peço que seja do vosso agrado dar uma solução imediata. Fazei uso de um santo engano: parecendo demorar mais, parti de repente. [...]

Partamos logo, meu bondoso pai, sem nenhum temor. Se Deus está convosco, ninguém estará contra nós. É Deus que vos move, pois está convosco. Ide logo até vossa esposa, que pálida vos espera, a fim de que lhe deis a cor.

(ii) **Cisma do Ocidente.** Após a morte de Gregório XI, foi eleito Urbano VI. Entretanto, um grupo de 13 cardeais, principalmente franceses, revoltaram-se com a conduta do Papa, defenderam a invalidez da eleição e elegeram um novo “Pontífice”, que se chamou Clemente VII e se instalou em Avinhão. Todavia, ficou provado e claro a validade da eleição de Urbano, e, portanto, aquele figura na história da Igreja como um antipapa. Eis o princípio do chamado Grande Cisma, o qual, prevendo-o, diz a já citada Catarina (2016, carta 293) ao então cardeal Pedro de Luna, que posteriormente sucederia a Clemente VII sob o nome de Bento XIII:

Pareceu-me ouvir dizer que está surgindo discórdia aqui entre o Cristo na terra (o papa) e seus discípulos (os cardeais). Com isso sofro uma dor intolerável, pelo medo que tenho de um cisma, e duvido que, por causa dos meus pecados, ele não venha a se verificar. Por isso peço,





pelo glorioso e precioso sangue, derramado em grande chama de amor, que não vos afasteis nunca da virtude e do vosso chefe (o papa). Rogo-vos que peçais ao Cristo na terra, com insistência, que promova logo a paz, pois seria difícil combater dentro e fora, de maneira que o papa possa fechar os caminhos pelos quais tal coisa venha a acontecer. Dizei-lhe que se circunde de boas colunas, agora que está para nomear novos cardeais. Que eles sejam homens corajosos, que não tenham medo da morte, sejam virtuosos para lutar pela verdadeira fé, reformar a Igreja e até morrer pela glória divina, se for preciso. Ai de mim, ai de mim! Não demoreis, não se espere que a pedra caia sobre nossa cabeça para depois ir procurar o remédio.

Apesar disso, a partir daí a cristandade se viu sob duas obediências. Este foi um momento dramático e confuso, a ponto de Santa Catarina de Sena tomar partido por Urbano VI, como manifesta claramente em uma de suas cartas ao Papa¹², e São Vicente Ferrer, por Clemente VII. As tentativas de solução do problema causaram a todos grande fastio. Em 1407 convocou-se uma reunião em Savona, Itália, para uma tentativa de resolução da questão, quando Gregório XII era Papa, e Bento XIII, o antipapa.

No entanto, diante do fracasso reinante, os cardeais ligados aos “dois pontífices” se rebelaram e acordaram um concílio em Pisa, em 1409. Este não tinha base canônica nem a aceitação do verdadeiro Papa. Ainda assim, 38 cardeais se reuniram, e com outros prelados e teólogos, imbuídos da teoria conciliarista, que sustentava erroneamente que os concílios eram superiores à autoridade papal, pretenderam depor Gregório XII e Bento XIII e elegeram um novo “pontífice”, Alexandre V, que em verdade não passou de um falso papa. De qualquer forma, agora a cristandade se via sob três obediências.

O problema foi resolvido apenas anos depois, no Concílio de Constança (1414-1418), onde buscou-se pela *via cessionis*, ou seja, pela renúncia do papa e dos antipapas. Não conseguindo isso de todos, João XXIII, sucessor de Alexandre V, e Bento XIII foram

¹² Assim diz: “Ao conhecer a verdade na luz da fé, o homem por respeito a Deus suporta com paciência toda fadiga, traição, zombaria, ofensa, injúria, falsidade e acusações, preocupado somente com a glória do nome divino e a salvação das almas. Sofre mais pela ofensa feita a Deus e pelo prejuízo das almas, que pela injúria pessoal. Paciente nas ofensas recebidas, ele se preocupa apenas com as ofensas cometidas contra Deus. Mostra-se livre do egoísmo e cheio da caridade divina. O grande peso (do encargo papal) vos parecerá leve, consciente de que sem o sofrimento não será saciado o vosso desejo e o dos verdadeiros servidores de Deus, o desejo de ver a santa Igreja reformada com bons e santos pastores. Ao sofrer sem culpa os ataques dos iníquos hereges, que ameaçam vossa santidade, sereis iluminado, pois a verdade nos liberta. A verdade é que fostes legitimamente eleito pelo Espírito Santo e por eles como representante de Cristo, por isso as trevas da mentira e da heresia não vencerão a luz. Quanto mais caírem eles nas trevas, mais receberéis a perfeitíssima iluminação.” (Op. Cit., carta 305).





depostos, e Gregório XII, o verdadeiro Papa, foi o único que renunciou. Assim encontrou-se a solução, e o mesmo Concílio elegeu Martinho V, reconhecido por todos como o sucessor legítimo de São Pedro. Como se pode ver, esses acontecimentos, que foram um flagelo para a Igreja de Deus, contribuíram à diminuição da autoridade pontifícia, e as paixões suscitadas nessa época se cruzaram, anos depois, com as densas nuvens do protestantismo, sendo um fator para a quebra de unidade que tratamos.

c) **Razões sociopolíticas**

Com essas e outras peripécias, vê-se na Cristandade a diminuição da autoridade da Igreja e do papado e o crescente aumento de poder dos Estados – e posteriormente chegar-se-á ao absolutismo monárquico –, e aqui não o crescimento do poderio do Sacro Império Romano-Germânico, mas dos diversos reinos, o que fica muito patente no século XVI. Além disso, o modo de lidar com a política começa a mudar de direção. A concepção cristã a respeito dessa matéria é assim explicada por AQUINO (1946, p. 21):

Se, pois, a multidão é ordenada pelo governo ao fim dela, o regime será reto e justo, como aos livres convém. Se, contudo, o governo se ordenar, não ao bem comum da multidão, mas ao bem privado do regente, será injusto e perverso o governo. Daí ameaçar o Senhor tais governadores por Ezequiel XXXIV, 2, dizendo: *‘Ai dos pastores que a si mesmos se apascentam* (como procurando os seus próprios interesses): *porventura não são os rebanhos apascentados pelos pastores?’* Em verdade, devem os pastores buscar o bem do rebanho e todos os governadores o bem da multidão a eles sujeita.

Pois bem, os governos verdadeiramente cristãos ao longo da história sempre tiveram por fim dispor de todos os meios temporais para favorecer a Fé em ordem à glória de Deus e à salvação das almas. Isso significava também a devida obediência ao Romano Pontífice, não apenas bispo de Roma, mas o Vigário de Cristo em toda a terra. No entanto, no *declínio* medieval e início da modernidade, em crescente afastamento disso, observa-se a busca do Estado, cada vez mais forte, por estar acima do poder da Igreja. Isto hoje, desgraçadamente, tornou-se realidade, mas a doutrina correta da Santa Igreja é a que, de maneira firme, defende Bonifácio VIII em sua Bula *Unam Sanctam*:

Os Evangelhos nos ensinam que o sucessor de Pedro tem duas espadas, a espiritual e a temporal. Quando os apóstolos disseram: Eis duas





espadas aqui (Lc XXII, 38), na Igreja, o Senhor não respondeu: É demais, mas: É o bastante. De fato, quem nega que Pedro tenha uma espada temporal, é porque interpreta mal as palavras do Senhor: Mete a espada no seu lugar (Mt, XXVI, 52). Portanto, ambas as espadas, a espiritual e a temporal, estão sob o poder da Igreja. Contudo, aquela é manejada pela Igreja; esta, em favor da Igreja; aquela é manejada pelo sacerdote; esta, pelos reis e soldados, porém segundo as ordens e complacências do sacerdote. É necessário que uma espada esteja sujeita à outra, isto é, que a autoridade temporal se sujeite ao poder espiritual.

As pretensões de Felipe o Belo, paradoxalmente neto de São Luís IX, antigo rei da França, canonizado pelo próprio Bonifácio VIII, foram um prelúdio de uma sociedade que se afastava progressiva e continuamente da “filosofia do Evangelho [que] governava os Estados”¹³.

Nesse sentido, BOUCHET (1979, p. 75), já citado, diz que ocorria o fortalecimento do reino francês frente ao poder do Papa e do imperador, também enfraquecido:

uma nova potência, o reino da França, entrava em conflito contra a autoridade do Papa e reclamava para uma testa coroada todos os privilégios que antes possuía somente o imperador, e o fazia, em nome de uma soberania sustentada pelos legistas, das cinzas do direito romano.

E ainda Villoslada (1969, p. 178), citando Ranke, postula que:

Quando todas as monarquias da Europa se consolidavam – são palavras de Ranke –, o imperador (Frederico III) foi expulso de seus domínios hereditários e vagou pelo Império como um fugitivo; comia nos mosteiros e nas cidades que gratuitamente lhe davam hospitalidade; com os exíguos emolumentos de sua chancelaria, sufragava suas demais necessidades; por vezes teve que fazer seu caminho com uma junta de bois. Nunca a alteza do Império se reduziu a uma forma tão desprezível.

¹³ Diz o Papa Leão XIII: “Tempo houve em que a filosofia do Evangelho governava os Estados. Nessa época, a influência da sabedoria cristã e a sua virtude divina penetravam as leis, as instituições, os costumes dos povos, todas as categorias e todas as relações da sociedade civil.”. *Immortale Dei*, 1885.





É justamente por esse crescente poder régio que Carlos V terá tantas dificuldades em conter a revolta luterana, após a quebra de unidade de fé que vigorou no medievo. E mais: os príncipes eleitores do Sacro Império, três eclesiásticos e quatro leigos, apoiariam a revolução religiosa não tanto por ela mesma, mas por sua oposição ao chefe temporal do Império.

d) Razões teológicas

A Escolástica do final da Idade Média declinava. Os teólogos, no geral, já não estavam imbuídos daquele esplendor dos tempos de Santo Tomás; preocupavam-se em disputas muitas vezes pueris, e inclusive seu latim já continha traços de decadência, o que excitou o ânimo dos humanistas.

O nominalismo occamista, doutrina nesses tempos sustentada por Guilherme de Ockham, mostra-se como um sistema aceito por muitos, o que trouxe graves consequências para a posteridade. O frade franciscano partia do princípio de que não havia essência no ser, mas apenas o contingente, as formas externas. Nesse sentido, o conhecimento pode ser manifestado apenas pela análise extrínseca do objeto em questão, o que relevou um subjetivismo perigoso. Ockham dizia que as coisas são de um jeito apenas porque assim Deus o quis e que, se não quisesse, seriam de outro modo: põe-se tudo na livre *vontade* de Deus, o que significa dizer que matar, roubar e fornicar não seriam pecados porque o são em si mesmos, mas apenas porque Deus assim o quis, e se quisesse de outra forma, assim o seriam. Da mesma maneira, Deus poderia transformar o bem em mal, o mal em bem, o belo no feio, o feio no belo, o certo no errado, o errado no certo, e inclusive salvar o pecador mesmo sem arrependimento, e condenar o mais santo dos homens, se assim o quisesse: em suma, trata-se uma inversão da própria realidade, criada por Deus. Para Ockham, não haveria essência: algo que faça um ente ser o que é e não outra coisa. No entanto, há algo no homem que o faz ser homem, na mulher, que a faz ser mulher, no lápis, que o faz ser lápis, e o mesmo na cadeira, na mesa, nos animais etc.

De acordo com SCHERER (2018, p. 159-160),

Para Ockham [...] os universais são meros *nomina* ou *flatus vocis*, ou seja, não existem por si nem nas coisas; são apenas nomes que damos a aspectos dos entes, os quais entes existem apenas como puras particularidades. Em seu livro *Princípios de Teologia*, o inglês observa, com efeito, que “tudo o que é, é singular”. E mais: “O ser universal não





compete senão aos signos”. Dada uma pluralidade de objetos da mesma espécie, apenas o signo que os denomina conjuntamente pode ser dito “universal” – e mesmo ele, em si próprio, é singular –, dado que, para Ockham, não há, nos próprios entes, nem se abstrai deles, nenhuma *essência* ou *quididade*, o que ele reputa abstrato e repudia.

E continua (p. 160), mostrando como isso é oposto ao pensamento de Santo Tomás, a principal personalidade teológica da Igreja e da Idade Média:

Seu mundo é um mero amontoado plural de coisas justapostas e irrelacionáveis, isolada cada qual em seu ser singular e autóctone. Trata-se dos antípodas de Santo Tomás; para este, lembremos, “o nome é o signo de um conceito racional”, e o conceito racional expressa a essência que radica na coisa.

Se não houver essência nos entes, descobriremos o que algo é apenas pela disposição de instrumentos de pesquisa do momento. Neste sentido, se estes mudarem de uma época a outra, ou de um lugar a outro, a definição desse algo também muda: isso nada mais é que o ilógico *relativismo* da época moderna, no qual a mesma coisa pode ter diferentes significados a todo aquele que a analisar.

Não por nada Lutero considerará Ockham um de seus mestres, e em seu pensamento este muito influirá. A oposição à filosofia tomista – o que fica muito claro nos ditos de Lutero – dos séculos XV e XVI, pois, tem aqui suas raízes. Segundo FRANCA¹⁴ (1978, p. 124),

Seu sistema, o *terminismo* ou *ocamismo*, é um conceptualismo simplificado, que, partindo do chamado princípio de parcimônia – *pluralitas non est ponenda sine necessitate* – se resolve, por último, num ceticismo parcial. Ockham nega a objetividade dos nossos conhecimentos intelectuais, reduzindo-os a puros conceitos subjetivos, rejeita a necessidade das espécies impressas e da inteligência ativa. Professa também o voluntarismo scotista, fazendo depender a possibilidade das coisas e a lei moral não da essência, mas da livre vontade divina (doutrina renovada mais tarde por Descartes), e subtrai

¹⁴ Padre Leonel Franca (1893-1948) foi talvez um dos homens mais eruditos da história da Brasil. Escreveu diversas obras, como *A Igreja, a Reforma, e a Civilização, Protestantismo e Catolicismo, Noções de história da filosofia* etc., e foi o fundador da PUC-RJ.





do domínio da razão as verdades fundamentais da teodiceia e da psicologia – existência, infinidade e unidade de Deus, criação do universo, espiritualidade e imortalidade da alma –, fundando-lhes a certeza exclusivamente na revelação e na fé (fideísmo). [*sublinhados nossos*]

Assim, Lutero era partidário de um perigoso fideísmo e da rejeição da razão, como descreverá RASAVI (2021). Essa era considerada por Lutero como inimiga da fé, pelo que deveria ser deixada de lado e desprezada. Para ele, ela apenas servia para as atividades terrenas, e nada mais. Era-lhe abominável defender que podia iluminar os temas relativos à Fé. Bastava-lhe somente esta para explicá-los, e assim sustentará a salvação *somente* por ela, em oposição ao que diz toda a Igreja com São Tiago, que considera as obras indispensáveis.

Conclusão

De fato, este é um assunto que nos toca a todos até os dias atuais. “A saúde vital” de uma civilização depende intrinsecamente de sua relação com o sentido religioso. Desde as sociedades mais antigas e primitivas, a religiosidade sempre foi considerada e vivida: onde o homem era influenciado por sua crença nos trabalhos mais simples, como a agricultura e a pecuária, e isso também aconteceu nas mais civilizadas¹⁵.

Todos os acontecimentos descritos influenciarão em demasiado o movimento protestante e lhe prepararão o caminho. A Revolta Luterana não aconteceria da mesma forma sem a pessoa de Lutero, mas foi preciso um terreno preparado para que a nova doutrina pudesse se desenvolver. Da mesma forma que a semente divina só pode crescer em bom terreno, como diz o Evangelho, a semente do mal apenas medra em um ambiente apropriado para ela. E esse ambiente propício, como se pôde ver, deu-se exatamente com a quebra da unidade de fé do período medieval, em momentos de decadência e crises que abalaram o edifício da civilização europeia¹⁶.

¹⁵ Ver DAWSON, *Religião e progresso*.

¹⁶ Ver BALMES, Jaime. O protestantismo comparado com o catolicismo em suas relações com a civilização europeia.





Referências

AQUINO, Santo Tomás de. *Do Governo dos príncipes*. São Paulo: Editora Anchieta, 1946. 280p.

BALMES, Jaime. *O protestantismo comparado com o catolicismo em suas relações com a civilização europeia*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1844.

BERDIAEV, Nicolai. *El sentido de la historia*. Madrid: Ediciones Encuentro, 1979.

BOUCHET, Ruben Calderón. *Decadencia de la ciudad cristiana*. Buenos Aires: Ediciones Dictio, 1979.

_____ *La ruptura del sistema religioso en el siglo XVI*. Buenos Aires: Ediciones Dictio, 1980.

DAWSON, Christopher. *Criação do Ocidente: A Religião e a Civilização Medieval*. São Paulo: É Realizações, 2016.

_____ *Progresso e religião*. São Paulo: É Realizações, 2012.

FRANCA, Pe. Leonel. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro: Agir, 1951.

_____ *Noções de história da filosofia* (22ª ed.). Rio de Janeiro: Agir, 1978.

HERGENROTHER, Joseph. *Historia de la Iglesia*, v. IV. Madrid: Biblioteca de la ciencia Cristiana, 1887.

LLORCA, Bernardino. *Manual de História Eclesiástica*. Editorial Labor: 1942, 900p.

RAVASI, Pe. Javier Olivera. *A Revolução Luterana: vida e obra de um herege alemão*. Rio de Janeiro: Editora CDB, 2020.

SÁENZ, Pe. Alfredo. *A cristandade e sua cosmovisão*. Rio de Janeiro: Editora CDB, 2020.





_____. *História da Santa Igreja: a Barca e as tempestades* (tomo II. O Renascimento e o perigo de mundanização da Igreja e a Reforma Protestante). Rio de Janeiro: Editora CDB, 2020.

SCHERER, Daniel. *A raiz antitomista da modernidade filosófica*. Goiás: Edições Cristo Rei, 2018.

VILLOSLADA, Ricardo García. *Raíces historias del luteranismo*. Madrid: Biblioteca de autores cristianos, 1969.

WOODS JR., Thomas E. *Como a Igreja Católica construiu a civilização ocidental*. São Paulo: Quadrante, 2008.

